



MAIO DE 2023

GUIA PARA A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE EM SITUAÇÕES DE RISCOS E DESASTRES



UNINASSAU



UNAMA



UNG



UNINORTE



UNESC



UNIFAEEL



UNI7

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
POR QUE ESTE GUIA É IMPORTANTE?	04
PRINCIPAIS CONCEITOS	05
LEGISLAÇÃO	09
RELAÇÃO ENTRE RISCO, VULNERABILIDADE E OCORRÊNCIA DE DESASTRES	10
OCORRÊNCIA DE DESASTRES NO BRASIL	11
AÇÕES E RESPOSTAS FRENTE A SITUAÇÕES DE RISCOS E DESASTRES	13
O PAPEL DE CADA UM	14
Comunidades	14
Autoridades Locais	15
Governos Nacionais	15
Organizações Civis	16
O Setor Privado	16
A Comunidade Científica e Acadêmica	17
A ATUAÇÃO DO GRUPO SER EDUCACIONAL FRENTE À SITUAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES	17
Educação Ambiental	17
Agenda 2030	21
Campanhas de Doações	22
ANEXOS	26
BIBLIOGRAFIA	29
FICHA TÉCNICA	31

APRESENTAÇÃO

A presente iniciativa representa o esforço do grupo Ser Educacional, por meio de sua Diretoria de Governança Ambiental e Social, em abordar de forma breve e didática, os principais conceitos relacionados à ocorrência de situações de riscos e desastres, com ênfase na atuação e mobilização da sociedade em ações de prevenção e enfrentamento destes eventos.

Atualmente, tem sido cada vez mais corriqueiro, a ocorrência de eventos naturais de grandes proporções. Sabemos que o homem tem sido responsável pelas mudanças climáticas, devido à sua ação sobre o meio ambiente, como produção desenfreada e descarte inadequado de resíduos, desmatamentos, produção e liberação de CO₂, dentre outros, interferindo na dinâmica terrestre e provocando a ocorrência de desastres e outros eventos dessa natureza.

O grupo Ser Educacional sempre teve forte atuação e envolvimento em ações humanitárias, sejam elas de iniciativa própria ou em parceria com outras empresas, instituições da sociedade civil, órgãos governamentais, dentre outros. Esta atuação é fruto da crença no poder da mobilização social como instrumento de transformação e contribuição para o enfrentamento das questões sociais, nas suas múltiplas faces, dentre elas, a assistência às populações afetadas por catástrofes, desastres e outras situações de risco social e humanitário.

Neste sentido, vem apresentar o seu **Guia para a Mobilização da Sociedade em Situações de Riscos e Desastres**, com o objetivo de contribuir no acesso à informação, conhecimento e capacitação da comunidade acadêmica e sociedade em geral sobre o assunto, na perspectiva de transformar o seu leitor em um agente multiplicador e atuante nas ações realizadas.



POR QUE ESTE GUIA É IMPORTANTE?

O processo de urbanização da sociedade verificado no século XXI tem evoluído de tal modo que, em 2020, o percentual de brasileiros que vivem nas cidades chegou a 86%, evidenciando uma inversão no tipo de ocupação do território, já que uma maioria que vivia no meio rural passou a viver no meio urbano.

Apesar de ocupar apenas 4% da superfície terrestre, as cidades consomem 67% da energia e respondem por 70% das emissões de gases de efeito estufa (GEE), causando um grande impacto ao meio ambiente.

A expansão da Urbanização, marcada profundamente pelo crescimento desordenado das cidades, pelo aumento das favelas e pela deterioração das condições de vida da população, coincide com o aumento da ocorrência de desastres naturais. Dentre os principais fatores que contribuem para desencadear estes desastres nas áreas urbanas destacam-se a impermeabilização do solo, o adensamento das construções, a conservação de calor e a poluição do ar.

A ocorrência de desastres tem afetado de modo desigual as populações das áreas urbanas, atingindo com maior prevalência pessoas em situação de vulnerabilidade social que estão mais expostas aos riscos e possuem mais dificuldade de se recuperar após a ocorrência desses eventos do que outras.

Neste sentido, este Guia é importante na medida em que fornece informações para compreensão do cenário de risco de desastres no Brasil, seus desafios e soluções possíveis. Ademais sua publicação busca fomentar e facilitar a mobilização da sociedade e das comunidades afetadas por desastres para agir antes, durante e depois do evento, auxiliando e atuando em conjunto com o poder público e sociedade civil organizada e cobrando celeridade nas respostas que as populações afetadas precisam e merecem.



PRINCIPAIS CONCEITOS

- **Ciclones** - Tempestades tropicais formadas em centros de baixa pressão, áreas associadas à formação de nuvens, à umidade e a tempestades.

- **Deslizamento ou escorregamento** - Fenômeno provocado pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e/ou material de construção ao longo de terrenos inclinados, também chamados encostas, pendentes ou escarpas. Geralmente ocorrem em encostas com pouca vegetação e que se encharcam com o acúmulo de água, causando a ruptura do terreno. Fatores como o crescimento desordenado das cidades, com a ocupação crescente de áreas de risco, têm feito com que a ocorrência de deslizamentos seja alarmante nos grandes centros urbanos nos últimos anos.

- **Enxurrada** - Volume de água que escoar na superfície do terreno com grande velocidade, resultante de fortes chuvas.

- **Estado de calamidade pública** - Reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes.

- **Incêndio florestal** - É a propagação do fogo, em áreas florestais e de savana (cerrados e caatingas), normalmente ocorre com frequência e intensidade nos períodos de estiagem e está intrinsecamente relacionada com a redução da umidade ambiental.

- **Inundação** - Transbordamento de água da calha normal de rios, mares, lagos e açudes ou acumulação de água por drenagem deficiente, em águas não habitualmente submersas.

- **Situação de emergência** - Reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis (suportáveis) pela comunidade atingida.

- **Tempestade** - Perturbação violenta da atmosfera, acompanhada de vento e, geralmente, de chuva, neve, granizo, raios e trovões.

- **Ameaça** - Evento em potencial, natural, tecnológico ou de origem antrópica, com elevada possibilidade de causar danos humanos, materiais e ambientais e perdas socioeconômicas públicas e privadas.

- **Risco** - Medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis. É a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou de acidentes determinados se concretizem, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos (BRASIL, 2011).

- **Desastre** - Resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável exposto a ameaça, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos. Os desastres podem ser classificados em súbitos e graduais (IN/MDR nº 36/2020).

- **Vulnerabilidade** - Exposição socioeconômica ou ambiental de um cenário sujeito à ameaça do impacto de um evento adverso natural, tecnológico ou de origem antrópica.

- **Dano** - Medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso. Perda humana, material ou ambiental, física ou funcional, que pode resultar, caso seja perdido o controle sobre o risco. Ou ainda, a intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais, induzidas às pessoas, às comunidades, às instituições, às instalações e/ou ecossistemas, como consequência de um desastre (BRASIL, 2011).

- **Prejuízo** - Medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial, de um determinado bem, em circunstâncias de desastre (BRASIL, 2012).

- **Afetado** - Qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre - deslocado, desabrigado, ferido, etc (CASTRO, 1998).

- **Desabrigado** - Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema (BRASIL, 1998).

- **Desalojado** - Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema (BRASIL, 1998).

- **Defesa civil** - Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população, e restabelecer a normalidade social (BRASIL, 2010).

- **Prevenção a desastres** - Ações destinadas a evitar ou reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento dos riscos, integrados ao processo permanente de gestão dos mesmos.

- **Preparação para desastres** - Ações destinadas a preparar órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil e comunidades, a fim de garantir uma resposta adequada aos desastres, minimizando os danos e prejuízos consequentes, tendo em vista objetivos claros e/ ou cenários específicos.

- **Gestão de risco** - Processo que tem como um de seus componentes a identificação e instrumentação de soluções concretas frente aos cenários de riscos diversos. Refere-se à tomada de decisões em um ambiente de incertezas, com foco no processo permanente de redução dos riscos existentes e futuros, que se deve produzir tendo em conta o programa de desenvolvimento adotado para determinada região.

- **Gerenciamento de desastre** - Compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação.

- **Resposta** - Conjunto de ações desenvolvidas imediatamente após a ocorrência de desastre e caracterizadas por atividades de socorro e de assistência às populações vitimadas e de reabilitação do cenário do desastre, objetivando o restabelecimento das condições de normalidade (BRASIL, 1998).

- **Ações de Socorro** - Ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2010).

- **Ações de assistência às vítimas** - Ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde e o manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2010).

- **Ações de restabelecimento de serviços essenciais** - Ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas, suprimento e distribuição de energia elétrica e de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações e desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2010).

- **Ações de reconstrução** – Ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água e contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2010).
- **Recuperação** - Conjunto de medidas que visam à reabilitação de infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, e que tem como foco evitar a instalação de novas situações de risco.
- **Recursos** - Conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade (BRASIL, 2012).
- **Assistência humanitária** - Toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para minimizar o efeito de catástrofes naturais, conflitos armados ou convulsões sociais.
- **Mobilização social** - Engajamento e participação de pessoas para alcançar objetivos específicos. Característica singular deste processo, quando de caráter participativo e democrático, é o necessário envolvimento de diferentes segmentos sociais nas ações e decisões implicadas no projeto comum.
- **Serviço voluntário** - Atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998).
- **Resiliência** – Capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a um desastre em resistir, absorver, adaptar e se recuperar de seus efeitos de modo oportuno e eficaz, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 12.608/2012: Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

Lei nº 12.983/2014: Altera a Lei no 12.340, de 1o de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, e as Leis nos 10.257, de 10 de julho de 2001, e 12.409, de 25 de maio de 2011, e revoga dispositivos da Lei no 12.340, de 1o de dezembro de 2010.

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12983.htm

Lei nº 12.340/2010: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340.htm

Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012: Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.

https://www.defesacivil.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/instru%C3%A7%C3%A3o_normativa_n%C2%BA_01_de_24_de_agosto_de_2012-2.pdf

RELAÇÃO ENTRE RISCO, VULNERABILIDADE E OCORRÊNCIA DE DESASTRES

Os desastres são responsáveis por danos humanos, materiais e ambientais, e, a cada ano, eventos negativos como a seca e o excesso de chuvas tornam-se cada vez mais severos em decorrência das mudanças climáticas e também da intervenção humana. Os impactos de um desastre podem causar o interrompimento dos serviços essenciais como o abastecimento de água e energia, gerar prejuízos econômicos e financeiros às propriedades públicas e privadas, agricultura, indústria e comércio, além de provocar mortes, ferimentos, doenças e outros diversos efeitos negativos ao bem-estar da população afetada.

Por muito tempo se perpetuou a compreensão da ocorrência de desastres como um evento meramente “natural”, sem considerar os aspectos sociais. Neste sentido, os desastres são melhor entendidos se analisados como resultado da interação entre um evento físico potencialmente prejudicial (inundações, secas, incêndios, terremotos e tempestades) e a vulnerabilidade de uma sociedade a ele exposta, caracterizada por aspectos determinados pelo comportamento humano como infraestrutura, governança, educação e economia. Visto sob esta luz, desastres naturais podem e devem ser entendidos como “eventos não naturais”. Os perigos podem ser naturais, mas os desastres não.

De acordo com a publicação “Proteção aos Direitos Humanos das Pessoas Afetadas por Desastres”, do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres, da Universidade Federal de Santa Catarina, a vulnerabilidade aos desastres está estreitamente relacionada a aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, advertindo que os desastres não são naturais, embora estejam atrelados a processos naturais específicos. Também decorre de processos de planejamento e preparação inadequados, responsabilidade formalmente instituída ao poder público nas três esferas de governo.

A mesma publicação refere-se aos desastres como consequências de relações sociais, pois as áreas vulneráveis a tais ameaças são continuamente ocupadas pelas populações mais pobres, seja porque para elas “sobram” as terras menos valorizadas das cidades, seja pela ausência de uma cultura preventiva de desastres ou insuficiência das ações do poder público em promover o crescimento e o desenvolvimento urbano com base em princípios “sustentáveis” ou garantir o direito à moradia de forma segura e digna. Muitas vezes, é o próprio processo de ocupação e as relações que o ser humano estabelece com o meio ambiente que tornam determinadas áreas em áreas com risco de desastre. O risco, portanto, envolve condições socioterritoriais distintas, cuja distribuição não é compartilhada igualmente entre as pessoas. Incidem mais enfaticamente sobre as populações de baixa renda, excluídas e segregadas as áreas de menor investimento e com baixa infraestrutura.

OCORRÊNCIA DE DESASTRES NO BRASIL

De acordo com o Estudo Técnico da Confederação Nacional de Municípios sobre os danos e prejuízos causados por desastres no Brasil entre os anos de 2013 e 2022, no referido período, o Brasil registrou milhares de desastres, com elevadas perdas ambientais, materiais e imensuráveis fatalidades.

Os dados, que foram coletados do Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres do Ministério do Desenvolvimento Regional (S2ID/MDR), reportam os danos informados pelos Municípios entre 01 de janeiro de 2013 a 05 de abril de 2022.

O levantamento considerou os resultados reportados ao MDR até o dia 05 de abril de 2022, totalizando 53.960 decretações de anormalidade no período, distribuídas em 93% das cidades brasileiras. A situação do registro de eventos aponta para 35.596 decretos reconhecidos (66,7%), 15.070 decretos com registro em análise da SEDEC/MDR (28,2%) e 2.700 decretos não reconhecidos (5,1%).

Quantidade de decretos por evento (tipos de desastres) – 2013 a abril de 2022

EVENTOS	OCORRÊNCIA	OCORRÊNCIA %
Estiagem/Seca	22.261	41,3%
Doenças infecciosas virais	14.896	27,6%
Chuvas	4.457	8,3%
Enxurradas	2.265	4,2%
Vendaval	1.728	3,2%
Inundações	1.704	3,2%
Incêndio Florestal em parques	1.132	2,1%
Alagamentos	1.163	2,2%
Incêndio Florestal em áreas não protegidas	926	1,7%
Granizo	733	1,4%
Deslizamentos	684	1,3%
Demais	2.011	3,7%
TOTAL	53.960	100,0%

Fonte: S2ID/MDR - Elaboração: Área de Estudos Técnicos/CNM

Decretos Municipais decorrentes da COVID-19

A Confederação Nacional dos Municípios chama atenção que entre os anos 2013 a 2019 foram registradas 252 decretações de anormalidades por devido à “Doenças Infecciosas Virais”, correspondendo a 1% do total dentro do período em menção. Entretanto, com o advento da pandemia causada pelo Coronavírus - COVID-19, essa categoria passou a representar 27,6% do total 53.960 decretações entre 2013 e 2022, correspondendo a 14.896 decretações que foram registradas a partir da necessidade de expedição dos decretos de calamidade sanitária pelos Entes municipais. Portanto, excepcionalmente nos anos recentes, a evolução dos dados são sensíveis à evolução da pandemia.

Ocorrência de desastres no Brasil em 2022

A cada desastre natural ocorrido no Brasil em 2022, cerca de 3,4 mil pessoas foram afetadas diretamente. No estudo da Confederação Nacional dos Municípios, foram contabilizados os desalojados, desabrigados, vítimas fatais e pessoas afetadas pelas estiagens. Neste ano, quase oito milhões de brasileiros foram afetados por catástrofes ambientais apenas nos primeiros três meses.

Entre os eventos adversos, as secas e estiagens foram as mais recorrentes, sendo responsáveis por 40% dos problemas ambientais no Brasil em 2022. Já as fortes chuvas, as enxurradas, as inundações e os alagamentos representam, juntos, 15,7% das ocorrências. Os vendavais e os deslizamentos também aparecem na lista com um percentual de 3,2% e 1,3%, respectivamente.

AÇÕES E RESPOSTAS FRENTE A SITUAÇÕES DE RISCOS E DESASTRES

Com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, em 1988, começaram a ser desenvolvidas ações e serviços públicos com foco na resposta aos desastres. Em 1995, a partir da publicação da Política Nacional de Defesa Civil, a administração de desastres passou a ser vista como um ciclo composto por quatro fases: prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e reconstrução. Com a publicação da nova Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, aprovada pela Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012, a gestão de desastres, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), passou a relacionar cinco ações distintas e interrelacionadas, descritas a seguir:

- **Preparação** - Busca desenvolver capacidades necessárias para o gerenciamento eficiente de todos os tipos de emergência e alcançar uma transição ordenada entre as ações de Defesa Civil. A preparação inclui, por exemplo, atividades de planejamento de contingências; desenvolvimento de rotinas para a comunicação de riscos; capacitações e treinamentos; e exercícios simulados de campo.

- **Prevenção** - Ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres por meio de ações como: mapeamento de áreas de riscos; construção de obras de contenção e correção; e capacitação da sociedade.

- **Mitigação** - Ações que buscam diminuir ou a limitar os impactos dos desastres para a população, de modo a evitar a perda de vidas e diminuir os prejuízos econômicos e sociais com diversas ações, dentre elas: emissão de alertas e avisos; monitoramento de eventos naturais; e evacuação de áreas de risco.

- **Resposta** - Ações imediatas de resposta ao desastre para socorrer a população atingida, tais como: busca e salvamento; primeiros socorros; assistência à população; fornecimento de materiais de primeira necessidade; e restabelecimento dos serviços essenciais.

- **Recuperação** - São ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre. Têm por finalidade restabelecer a normalidade social por meio da reconstrução ou recuperação de obras de infraestrutura danificadas ou destruídas, com foco primordial na redução de riscos.

De modo mais prático, a gestão de riscos e desastres pode ser entendida por meio de 03 (três) etapas, descritas na tabela abaixo:

ETAPAS	DESCRIÇÃO	AÇÕES
ANTES DO EVENTO	Fase prévia ao desastre que engloba as atividades que correspondem as etapas de: Prevenção, Mitigação, Preparo e Alerta	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear áreas de riscos; • Realizar obras de contenção e correção; • Realizar capacitação com a comunidade; • Emitir alertas e visos; • Desenvolver sistemas de monitoramento e alerta.
DURANTE O EVENTO	Nesta fase se executam as atividades de resposta durante o período de emergência ou imediatamente depois de decorrido o evento.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a evacuação da comunidade afetada; • Prestar assistência, abrigo, busca e resgate; • Realizar ações com a finalidade de restaurar os serviços básicos e de reparar a infra-estrutura vital na comunidade afetada.
APÓS O EVENTO	Esta fase corresponde a todas aquelas atividades que se realizam posteriormente ao desastre. Em geral se orientam ao processo de recuperação a médio e longo prazo.	<ul style="list-style-type: none"> • Restabelecer os serviços vitais indispensáveis e o sistema de abastecimento da comunidade afetada; • Reparar a infraestrutura afetada; • Restaurar o sistema produtivo com vista a revitalizar a economia.

O PAPEL DE CADA UM

Comunidades

De acordo com as reflexões realizadas acima, embora os desastres estejam atrelados a processos naturais, o risco de sua ocorrência está estreitamente relacionado a aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, ou seja, à vulnerabilidade das pessoas e à sua capacidade de enfrentamento desses eventos.

Os desastres podem ser reduzidos e evitados se as suas causas e os fatores de risco relacionados forem adequadamente entendidos. Nesta perspectiva, é fundamental que as comunidades conheçam as ameaças a que estão expostas e que possam adotar medidas e participar do planejamento para reduzir ao mínimo a possibilidade de sofrerem danos e prejuízos.

Participar do planejamento, neste caso, é envolver seus membros na tomada de decisão e não apenas consultá-los. É propiciar o conhecimento e os recursos necessários para que possam enfrentar os desastres. Uma comunidade engajada e ciente dos riscos e das medidas que pode adotar para reduzir as possibilidades de danos e prejuízos, aumenta a capacidade de resposta das autoridades locais nas emergências.

Autoridades Locais

Os municípios devem conhecer profundamente as ameaças a que estão expostas suas comunidades e participar ativamente da criação e manutenção dos sistemas de prevenção e proteção de desastres. Além disso, cabe as autoridades locais prestar todo assessoramento e informação da população local, garantindo a sua participação a fim de ampliar a segurança pública e reduzir a possibilidade de perdas e danos. É, ainda, de responsabilidade dos atores municipais:

- Orientar atores e outros gestores municipais da importância da prevenção;
- Estreitar relações entre os Entes da Federação;
- Tornar obrigatório na pauta escolar noções básicas de proteção e defesa civil em escolas públicas e privadas, tanto de ensino fundamental como no ensino médio;
- Tornar públicas todas as ações e atividades de prevenção e preparação em desastres, utilizando todos os veículos de comunicação disponíveis, como (rádios, TV aberta e fechada, Internet, jornais de grande circulação, entre outros);
- Orientar e educar a população local sobre como agir em situações de normalidade e de anormalidade no antes e no pós-desastre;
- Buscar o apoio de órgãos públicos e instituições privadas para tratar de assuntos de proteção e defesa civil;
- Fortalecer a realização de seminários, fóruns, simulados, entres outras formas de capacitação e conscientização da população e de outros atores acerca da temática proteção e defesa civil;
- Tratar a prevenção como prioridade na gestão de riscos e desastres, sem (e não menos importante) deixar de fortalecer as outras ações de preparação, resposta, reconstrução e reabilitação de Municípios e Estados afetados por desastres.

Governos Nacionais

São responsáveis por elaborar políticas públicas para lidar com os problemas advindos dos desastres naturais, no momento de pré-evento (prevenção), evento (resposta) e pós-evento (recuperação), bem como devem apoiar e prestar ajuda às comunidades e governos locais para que esses possam desenvolver suas capacidades operativas de resposta a estes eventos. Devem ainda:

- Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos;

- Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras;
- Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais;
- Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional;
- Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios;

Organizações Civis

As Organizações da Sociedade Civil, tem um papel importante na conscientização das pessoas, comunidades e organizações envolvidas, bem como no controle e participação social junto aos governos, para que a pauta esteja em suas agendas e seja prioritária na formulação de políticas públicas.

Estas Organizações ainda desempenham um papel fundamental na fase de resposta aos eventos, através das Campanhas de doação, que é uma ação complementar às demais ações realizadas nesta fase. É importante que as autoridades locais identifiquem as instituições que têm experiência e os voluntários habilitados para a realização destas campanhas. Há muitas Instituições e entidades de voluntariado atuantes que trabalham na mobilização de recursos e arrecadação de donativos diversos para assistência humanitária às vítimas de desastres.

O Setor Privado

Segundo matéria do IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, a solidariedade tem movido indivíduos e empresas em torno de campanhas emergenciais que buscam ajudar comunidades mais afetadas por desastres naturais por meio da doação de alimentos, roupas, medicamentos, etc., tendo no Investimento Social Privado uma alternativa complementar aos recursos públicos.

Estudos apontam que 70% das empresas consideram de extrema importância o investimento social privado nas situações de resposta aos desastres, porém o volume destinado a essa atuação vem diminuindo ano a ano, demonstrando que esse tipo de

filantropia é visto pelas empresas como pouco estratégica, haja vista que mais da metade dos recursos voltados a emergências são direcionados para a resposta imediata e alívio do choque inicial causado pelo desastre, enquanto somente 20% das doações apoia as comunidades a se tornarem mais resilientes, promovendo a redução e mitigação do risco e o preparo e prontidão para as situações emergenciais.

De acordo com o IDIS, é necessário que as empresas ampliem sua visão sobre situações emergenciais, repensando a estratégia de seu investimento social privado no apoio à sociedade, havendo um espaço para uma atuação de maior impacto nos médio e longo prazos, que não só ampare as comunidades no momento da tragédia, mas que busque também sua resiliência e preparo para o enfrentamento dessas tragédias, bem como sua recuperação e reconstrução.

A Comunidade Científica e Acadêmica

Se o risco é socialmente produzido, a educação pode ajudar a reverter este quadro. Neste sentido a Comunidade Acadêmica, tem um papel relevante na prestação de serviço científico e técnico especializado para ajudar governos e comunidades a desenvolver tecnologias que minimizem os riscos e as consequência dos desastres. Ou seja, seu papel é contribuir para transformar as condições que produzem desastres, diminuindo a vulnerabilidade da comunidade e do meio ambiente, e aumentando a capacidade de prevenção e resposta.

A ATUAÇÃO DO GRUPO SER EDUCACIONAL FRENTE À SITUAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

Educação ambiental

A relação mantida pela sociedade com o meio ambiente, traduz com muita assertividade o grau de risco de ocorrência de desastres e neste sentido, é de grande relevância a educação ambiental como instrumento de formação da sociedade para a adoção de posturas ambientalmente responsáveis.

A educação ambiental, ao sensibilizar os indivíduos para modificar atitudes e valores, na busca de novos hábitos de relação com a natureza e o meio ambiente, torna-se importante fator na prevenção de desastres naturais. A população deve ter consciência de que a disposição inadequada de lixo e entulho causa problemas no sistema de drenagem e na vazão dos rios, causando alagamentos, enchentes e inundações. Deve saber que o desmatamento, a poluição e o consumo desenfreado e

sem consciência provocam alterações climática e todas as consequências que derivam dela, como as secas frequentes, os incêndios florestais, o derretimento das calotas polares, as tempestades catastróficas, a escassez de água e o aumento do nível do mar.

O grupo Ser Educacional foi fundado em 2003, com sede no Recife, sendo atualmente um dos maiores grupos privados de educação do Brasil, líder nas regiões Nordeste e Norte em alunos matriculados.

Ciente de sua responsabilidade na formação de futuros profissionais conscientes de seu papel social, as Unidades de Ensino Superior mantidas pelo Grupo, cumprem um calendário de ações socioambientais voltadas para a comunidade acadêmica e demais atores de sua cadeia produtiva, contemplando fornecedores, comunidades do entorno e instituições parceiras.

Dentre as ações realizadas, a educação ambiental tem pautado, não só a formação acadêmica de seus alunos, mas o modo como o Grupo tem conduzido as suas operações. Neste sentido, algumas ações podem ser destacadas:

- Campanha Ser Sustentável: Eliminação do consumo de copos e canudos descartáveis nas Unidades do Grupo.

Há alguns anos, o grupo Ser Educacional incentiva a redução do consumo de descartáveis em suas unidades, já tendo, inclusive, abolido o uso de canudos plásticos em suas cantinas e refeitórios.

Periodicamente, também distribui aos seus novos colaboradores canecas e garrafa reutilizáveis. Em 2021, realizou a campanha #SermaisSustentável, que incentivou suas Unidades de Ensino a restringirem a utilização de copos descartáveis por 30 dias.

Em 2022, por meio de sua Diretoria de Governança Social e Ambiental, investiu na sensibilização da comunidade acadêmica para a substituição do copo plástico descartável por canecas e garrafas reutilizáveis, bem como na compra de copos biodegradáveis para eliminar em 100% a circulação do copo plástico descartável em todas as Unidades e Centro Administrativo. As lanchonetes também foram notificadas sobre a proibição de utilização deste material em suas operações de venda.

- Campanhas de Sensibilização: Consumo Consciente / Mudanças Climáticas / Gerenciamento de resíduos.

Com o intuito de impactar, não só a comunidade acadêmica, mas toda a sociedade, a Diretoria de Governança Social e Ambiental, por meio das redes sociais do grupo Ser Educacional, realizou campanha ambiental sobre os temas consumo consciente, uso racional de água e energia e descarte adequado de resíduos sólidos.

O objetivo central foi divulgar os principais conceitos sobre os temas abordados e apresentar dicas e orientações práticas para o dia a dia, de modo a provocar na comunidade acadêmica e na sociedade em geral, a reflexão sobre o impacto ambiental, econômico e social de suas escolhas.

• Cursos de Capacitação: Consumo de água e energia / Mudanças Climáticas/ Resíduos Sólidos

Com o objetivo de contribuir para a preservação dos recursos naturais do planeta, bem como a formação de uma sociedade consciente e ambientalmente responsável, o grupo Ser Educacional oferta de forma gratuita cursos de capacitação na área de sustentabilidade e meio ambiente.

Os cursos de capacitação estão disponíveis nas plataformas da Universidade Corporativa, voltada para atender a todos os colaboradores do grupo Ser Educacional e Gokursos, para atender, de forma gratuita, qualquer pessoa que tenha interesse na formação.



• Calculadora de Carbono Universitária

Com o objetivo de sensibilizar a Comunidade Acadêmica e sociedade em geral sobre os impactos negativos da emissão de carbono desenfreada, bem como informá-los sobre as medidas que podem ser adotadas para redução destas emissões, o grupo Ser Educacional lançou a sua Calculadora Universitária de Carbono. Através dela, será possível compreender como atividades do dia a dia emitem, direta ou indiretamente, gases causadores das mudanças climáticas. Saiba mais sobre a Calculadora de Carbono do grupo Ser Educacional.



- Geração e consumo de energia limpa: Usina solar de Pernambuco

A preocupação com o desenvolvimento sustentável fez com que o grupo Ser Educacional investisse milhões em uma usina solar em Pernambuco. Nossa usina solar está localizada na BR 104, KM 68, n 1215 - Agamenon Magalhães na cidade de Caruaru, Agreste Pernambucano, com potência instalada de 1000 kW, tendo uma produção anual média de 114 MWh de energia limpa. Ela alimenta todas as unidades de baixa tensão que fazem parte do grupo Ser Educacional e são localizadas em Pernambuco, além de algumas de alta tensão que ainda não estão no Mercado Livre de Energia. A usina teve o início da operação em 15 de fevereiro de 2022, gerando aproximadamente 1,2GWh em 2022. Sendo um excelente resultado energético para o Grupo trazendo consigo as benesses ambientais, sociais e econômicas:

- 1 - CO2 não emitidos na camada de ozônio -> 572,09 ton;
- 2 - Carvão Mineral padrão que deixou de ser utilizado -> 481,76 ton;
- 3 - Árvores preservadas -> 782 Árvores;
- 4 - Energia injetada na rede -> 911 MWh;
- 5 - Economia total gerada -> R\$ 670.000,00.”

- Manual para realização de eventos neutros e sustentáveis

Tem o objetivo de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na realização dos eventos do grupo Ser Educacional, possibilitando o controle dos impactos negativos nos níveis social, econômico e ambiental, que esses eventos podem gerar.



Campanhas de Doações

Desde sua criação, o grupo Ser Educacional tem sido atuante, seja por iniciativa própria ou através de parcerias institucionais, na realização e/ou participação de ações humanitárias, campanhas de sensibilização, mobilização social e de doações.

Dentre as ações humanitárias merece destaque o envolvimento, já em 2010, na Corrente Solidária Haiti, quando um terremoto atingiu a capital do Haiti, Porto Príncipe, devastando o país ao tirar a vida de aproximadamente 230 mil pessoas e deixar mais de um milhão desabrigados.

Neste mesmo ano, em parceria com o Comitê Ecumênico de Apoio às Vítimas das Enchentes em Pernambuco, mobilizou esforços para ajudar as famílias atingidas pelas chuvas no Estado. O grupo Ser Educacional também sempre foi protagonista de Campanhas de Doação de Sangue, órgãos, tecido e medula óssea.

O crescimento e expansão do grupo Ser Educacional aumentou também a capilaridade e o impacto de suas ações, que hoje se faz presente nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil, ampliando a sua capacidade de mobilização para assistência às vítimas de eventos de riscos.

Em relação aos desastres ambientais no Brasil, estes tem ficado cada vez mais frequentes ao longo dos últimos anos. Apenas em 2022, ao menos quatro deles receberam atenção nacional: enchentes no sul da Bahia e norte de Minas Gerais ao longo de janeiro, deslizamentos em massa no Rio de Janeiro em março, chegando a atingir a cidade histórica de Petrópolis. Em junho, Pernambuco foi fortemente afetado por sua pior enchente no século. Em dezembro do mesmo ano, vários municípios de Santa Catarina ficaram alagados.

Neste sentido, considerando a capilaridade e capacidade de mobilização social do grupo Ser Educacional e a frequência com que eventos como os supracitados tem acontecido, as ações de respostas a estes eventos têm se inserido no calendário de responsabilidade socioambiental das suas Instituições de Ensino Superior, através das campanhas de doações.

Tendo em vista a frequência com que estas campanhas têm sido realizadas nos vários estados e regiões onde o Grupo atua, é importante apresentar como as instituições tem se planejado para que suas ações consigam mobilizar o maior número de pessoas e impactar cada vez mais vítimas afetadas por desastres.

De modo prático, segue abaixo um Plano de Ação a ser desenvolvido para a realização de campanhas de doações:

ETAPAS	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS
PLANEJAMENTO	Articulação interna junto ao Diretoria de Governança Ambiental e Social do grupo Ser Educacional para planejamento conjunto da Campanha;	<ul style="list-style-type: none"> • Direção da Unidade
	Articulação com os órgãos governamentais para identificação das necessidades;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Realização de parcerias internas e externas (Internas: Diretórios estudantis, Ligas Acadêmicas, Comissões de Formatura, etc.) (Externas: Prefeituras, governo, ONGS, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Definição de período de realização da Campanha;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Definição do formato da Campanha (Vaquinha virtual, doações em postos físicos, sistema de doações online)	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Definição dos donativos a serem arrecadados;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Definição de postos de arrecadação;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Planejamento da logística de transportes;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Planejamento de como será realizado o acondicionamento e armazenamento;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
	Criação de estratégias para adesão da comunidade acadêmica;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança/Direção da Unidade
Envio do Briefing da Campanha para o marketing;	<ul style="list-style-type: none"> • Dir. de Governança 	
Criação da Campanha e do seu plano de divulgação;	<ul style="list-style-type: none"> • Marketing 	

ETAPAS	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS
PLANEJAMENTO	<p>Levantamento dos custos;</p> <p>Construção e operacionalização da Campanha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Direção da Unidade • Direção da Unidade
INÍCIO	<p>Execução do plano de divulgação da campanha;</p> <p>Realização do registro e controle da chegada das doações e dos doadores;</p> <p>Realização da entrega das doações;</p> <p>Registro e documentação da doação realizada (registro fotográfico, Recibos e Declarações).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Direção da Unidade • Direção da Unidade • Direção da Unidade • Direção da Unidade
TÉRMINO	<p>Envio do relatório da Campanha;</p> <p>Divulgação dos resultados alcançados, de modo a informar o que foi arrecadado, quanto foi a arrecadado, número de doadores participantes, destacando o número de alunos e número de pessoas beneficiadas;</p> <p>Envio de mensagem de agradecimento;</p> <p>Em caso de doação envolvendo recurso financeiro, realizar prestação de contas e divulgar a toda sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Direção da Unidade • Direção da Unidade / Marketing • Direção da Unidade / Marketing • Direção da Unidade / Marketing

Sobre o plano de ação, seguem as observações abaixo:

1. Planejar adequadamente a Campanha é fundamental para prevenir possíveis riscos, como:

- Arrecadar mais do que deveria;
- Ter fraca adesão à campanha, ocasionando poucas doações;
- Arrecadar donativos indevidos;
- Não conseguir distribuir as doações arrecadadas aos afetados em tempo hábil;
- Provocar arrecadação de donativos por pessoas oportunistas;
- Ocorrer desvio de donativos da operação.

2. Uma campanha demasiadamente grande ou curta demais não surtirá efeitos desejados. Quando as doações demoram chegar não serão mais necessárias e, quando se faz uma campanha muito rápida, pode ser que não arrecade o suficiente. Portanto é preciso cautela para se definir o período de uma campanha.

3. Alguns donativos devem ter prioridades durante a arrecadação. Geralmente a necessidade é para alimentos, mas poderá surgir outras necessidades como vestuário, higiene, medicamentos, etc.

4. Campanhas exclusivas para arrecadação de alimentos são bem mais sucedidas que quando se inclui outros tipos de doações.

5. O leite líquido, mesmo em caixa, não é aconselhável seu recolhimento, pois necessita-se de transporte especial.

6. Não devem ser arrecadados alimentos perecíveis, alimentos com data de validade vencida ou próxima de vencer.

7. Em geral, alguns tipos de bens/itens doados merecem atenção especial e vale conferir na entrega a validade dos produtos e as condições de uso de vestimentas e calçados.

8. Água potável: origem, potabilidade, distribuição e controle de uso; data de validade (o frasco vencido é prejudicial à saúde).

9. Alimentos: data de validade, acondicionamento e guarda.

10. Medicamentos: data de validade e distribuição com prescrição médica.

11. Roupas e calçados: conservados, limpos e separados por tamanho e gênero.

12. Dinheiro: depósito em conta corrente e prestação de contas nos mesmos veículos que divulgaram a solicitação.

ANEXOS

REGISTRO DE ALGUMAS CAMPANHAS DE DOAÇÕES REALIZADAS PELO GRUPO SER EDUCACIONAL:

PARA UMA BOA AÇÃO NÃO EXISTE TEMPO RUIM:

Campanha de doação para vítimas das chuvas que ocorreram em Recife e RMR, em 2019, entre os dias 23/07 até o dia 24/07, deixando 12 pessoas mortas e mais de mil desalojados, em sete cidades.



CAMPANHA HOSPITAL SOLIDÁRIO (2020):

Objetivo sensibilizar a população sobre a importância de manter os hospitais em pleno funcionamento durante este momento crítico da Pandemia de COVID-19. A Campanha direcionou os donativos para 11 hospitais pernambucanos.



SOS CHUVAS:

Campanha de doação para vítimas das chuvas – Em 2022, as fortes chuvas registradas em Pernambuco causaram mais de 128 mortos, a maioria deles em deslizamentos de barreiras. Além disso, os alagamentos em bairros da Região Metropolitana do Recife deixaram milhares de famílias desabrigadas. Foram produzidas mais de 10 mil marmitas em apenas uma semana.



UNIVERSIDADE DO BEM:

Campanha realizada pelo grupo Ser Educacional, com envolvimento de todas as suas Unidades de Ensino, com o objetivo de prestar assistência à população mais vulnerável e às unidades de saúde, durante a pandemia de COVID-19.



Através da campanha foi possível realizar a doação de Equipamentos de Proteção Individual à Hospitais; Investimento e disponibilização gratuita de dois aplicativos para auxílio no combate à COVID-19, que ajudaram a salvar vidas em meio à pandemia: o “Atende em Casa” e o “Aprenda em Todo Lugar”; Fabricação de ventiladores pulmonares inspire-openlung USP por alunos e professores das engenharias; Participação dos alunos, com a supervisão de professores da unidade e em conjunto com desenvolvedores de outros estados, na criação de um Bot que informavam, via WhatsApp, o número de casos do novo coronavírus (COVID-19) no Brasil e no mundo em tempo real; Cessão dos laboratórios de simulação realística para o treinamento de residentes médicos que atuaram na linha de frente do atendimento a pacientes com coronavírus; Entrega de lanches para profissionais da saúde; Produção de álcool em gel e distribuição para população mais vulnerável; Produção e entrega de máscaras; Oferta de atendimento psicológico online totalmente gratuito para a população e colaboradores, dentre outras ações.

Alguns números:

- 42.909 unidades de EPI's (equipamento de proteção individual) doados por meio de 1.251 voluntários para mais de 34 mil pessoas.

- 17 toneladas de alimentos doados para comunidades e pessoas em situação de rua, beneficiando mais de 14 mil indivíduos.
- 3 mil unidades materiais de limpeza e higiene doadas para hospitais e mais de 3 mil lanches para profissionais da saúde.
- 64.964 pessoas beneficiadas por lives e/ou podcasts produzidos durante a pandemia.
- 10.046 pessoas beneficiadas pelas doações de álcool em gel.
- 7.460 pessoas beneficiadas pelas doações de máscaras descartáveis.
- 4.991 pessoas beneficiadas pelas doações de Face Shields.
- 67.044 pessoas beneficiadas pelas instalações de pias comunitárias.
- 91.562 pessoas beneficiadas com atendimentos de saúde nas clínicas escolas.



BIBLIOGRAFIA

A CADA desastre natural no Brasil, em média, 3,4 mil pessoas são afetadas. [S. I.], 11 abr. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/joJ17>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CARDONA, O.D. Evaluación de la Amenaza, la Vulnerabilidad y el Riesgo, in Maskrey, A. ed., Los Desastres No son Naturales, La Red, Bogotá: Tercer Mundo Editores. 1993

CARBONARI, Luana Toralles; KARNOPP, Zuleica Maria Patrício; LIBRELOTTO, Lisiane Ilha. Ações de resposta e recuperação a desabrigados após desastre socioambiental: entre situações-limite e possibilidades de transcendência| Response and recovery actions for the homeless after socioenvironmental disasters: between extreme situations and possibilities of transcendence. Oculum Ensaios, v. 16, n. 3, p. 563-582, 2019.

DANOS e prejuízos causados por desastres no Brasil entre 2013 a 2022. [S. I.], 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/15317>. Acesso em: 28 abr. 2023.

EMPRESAS brasileiras não estão preparadas para responder a situações emergenciais. [S.I.], 31 jan. 2023. Disponível em: <https://www.idis.org.br/empresas-brasileiras-nao-estao-preparadas-para-responder-a-situacoes-emergenciais/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Guia de orientações para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. - Florianópolis: CEPED, 2011.

MANUAL PARA CAMPANHAS DE ARRECADAÇÃO DE DONATIVOS. [S. I.], 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Manual-de-Arrecada%C3%A7%C3%A3o-de-Donativos-para-Afetados-por-Desastres.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Mobilização comunitária para a redução de riscos de desastres/ [Organização Janaína Rocha Furtado]. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2015. 86 p.

Módulo de formação: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos: livro base / Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos / Masato Kobiyama, Magaly Mendonça, Davis Anderson Moreno, Isabela Pena Viana de Oliveira Marcelino, Emerson Vieira Marcelino, Edson Fossatti Gonçalves, Letícia Luiza Penteadó Brazetti, Roberto Fabris Goerl, Gustavo Souto Fontes Moller, Frederico de Moraes Rudorff – Florianópolis: Ed. Organic Trading, 2006.

Proteção aos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres / Janaína Rocha Furtado; Marcela Souza Silva, organizadoras. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2014.



FICHA TÉCNICA

Janguê Diniz: Fundador do grupo Ser Educacional

Jânyo Diniz: Presidente do grupo Ser Educacional e Presidente do Instituto Ser Educacional

Joaldo Diniz: Diretor Executivo de Serviços

Adriano Azevedo: Diretor de Ensino

Simone Bérghamo: Diretora Acadêmica

Sérgio Murilo Jr.: Diretor de Governança Ambiental e Social e Vice-presidente do Instituto Ser Educacional

Bruno Burgos: Diretor de Marketing

INSTITUTO SER EDUCACIONAL

Eduardo Silva: Analista de Responsabilidade Social

Elthon Mafra: Analista Financeiro

Josefa Jerlane: Instrutora de Oficinas

Mônica Dornelas: Analista de Projetos

Raphael Villachan: Supervisor de Projetos Sociais

PESQUISA E REVISÃO

Mônica Dornelas: Analista de Projetos

MARKETING SER EDUCACIONAL

Matheus Assis: Coordenador de Endomarketing

Jéssica de Lima: Supervisora de Criação

Matheus Rossine: Design

Jennifer Marie: Ilustração e Diagramação


Diego Rodrigues: Revisão

Este guia é uma produção da Diretoria de Governança Ambiental e Social e do Instituto Ser Educacional, com intuito de contribuir para a disseminação de informações voltadas para a prática da inclusão, sustentabilidade e diversidade.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL



 Grupo Ser Educacional